

PLANEJAMENTO BÁSICO PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA EM
AMBIENTE URBANO

*Waldenize Manoelina do Nascimento*¹

RESUMO

Um dos principais problemas da ocupação do solo urbano são os impactos ambientais causados pelo uso inadequado deste. Sua preocupação se dá a partir do momento em que a escassez de áreas preservadas nas cidades devido à ocupação e ao não planejamento adequado do uso urbano. Este artigo procura estabelecer de forma sistematizada uma referência sobre planejamento para recuperação de áreas degradadas em ambiente urbano ressaltando alguns aspectos básicos para recuperação das mesmas.

Palavras-chave: solo urbano, planejamento, áreas degradadas, recuperação.

RESUMEN

Uno de los principales problemas de ocupación del suelo urbano son los impactos ambientales causados por su uso inadecuado. Esta preocupación se inicia en el momento cuando se nota la escasez de áreas reservadas en las ciudades debido al crecimiento urbano y a la falta de planificación. En este artículo se trata de establecer de manera sistematizada una referencia sobre el planeamiento para la recuperación de áreas degradadas en ambiente urbano ressaltando algunos aspectos básicos para la recuperación de las mismas.

Palabras clave: suelo urbano, planeamiento, áreas degradadas, recuperación.

ABSTRACT

One of the main problems of urban land use is the environmental impacts caused by inadequate use of it. This worry comes from the moment that there is lack of preserved areas in cities due to land occupation and inadequate planning for urban use. This paper tries to establish in a systematized form a reference on planning for recuperation of degraded areas in urban environments emphasizing some basic aspects to the recuperation of those.

Key words: urban land, planning, degraded areas, recuperation.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação – Mestrado de Geografia do Departamento de Geografia, ICHS/UFMT. Membro do Grupo de Estudos Estratégicos e de Planejamento Integrado – GEEPI. E-mail: <wlnascimento@ibest.com.br>.

INTRODUÇÃO

Segundo Lefer (1993),

[...] as aglomerações urbanas, junto com seus impactos ambientais negativos, são o resultado de um número de processos históricos e econômicos, incluindo a super concentração de indústrias devido aos dependentes modelos de desenvolvimento, combinado com uma inadequada estrutura de posse de terra, técnicas não apropriadas de agricultura e crescimento da população rural. Isso conduz ao aumento do fluxo de imigrante, para as metrópoles, na busca de empregos e serviços, em taxas que as cidades não podem mais suportar. As forças de concentração urbana já ultrapassaram as capacidades física e social de absorção das megacidades. Este processo tem exteriorizado custos sociais e ecológicos na forma de saturação dos níveis de poluição do ar, da água e sonora. Ultimamente, tem degradado os mecanismos ecológicos básicos, que assegurem a produtividade sustentável dos recursos naturais e das bases sociais para uma gestão democrática do processo produtivo pelas comunidades.

O processo de metropolização tem gerado um déficit de crescimento de serviços públicos. Isso tem conduzido à degradação da qualidade de vida da população, à pressão social, ao aumento do custo ecológico e aos elevados preços dos insumos do desenvolvimento.

Oliveira (1964), já havia percebido a influência do saneamento no desenvolvimento e, conseqüentemente, sua importância no planejamento territorial.

No ano seguinte, foi publicado no boletim de N° 297, da Série de Relatório Técnicos da Organização Mundial de Saúde o seguinte:

As normas de planejamento físico mais válidas são as que se apóiam em normas sanitárias, e que consideram, portanto os problemas de saneamento [...] no processo de planejamento, os planejadores profissionais de saúde e da área ambiental devem trabalhar juntos [...] desde que o uso do solo tem sido tradicionalmente a chave para o planejamento metropolitano, deve ser considerada a sua interação com o sistema de abastecimento de água, coleta e disposição de esgoto, drenagem, transporte, coleta e disposição do lixo, poluição do ar, do solo e da água, etc.

O ideal de planejamento é que ele venha acompanhado de desenvolvimento sustentável, onde a sustentabilidade de um meio urbano considere dois aspectos: que o primeiro observe a proteção e restauração das características e processos biológicos remanescentes dentro da própria comunidade urbana. O segundo, que se observe os impactos ambientais urbanos, ou seja, os impactos da cidade nos recursos terrestre, aquático e atmosférico da biosfera; em outras palavras, devem ser consideradas as oportunidades e restrições a um determinado uso humano.

Atualmente, cada vez mais são implantados planos e programas, que busquem novas soluções para melhorar o nível de vida das cidades, com reflexos no sistema político e social ainda que esses planos não sejam nem implementados.

O planejamento/projetos, mesmo sendo considerado como elemento de controle e disciplina são fundamentais, pois ao contrario, as sociedades seriam desordenadas, anárquicas. O que deve ser considerado, é a forma de se elaborar, e executar um

planejamento/projeto, considerando os impactos ambientais que este possa provocar. A pesquisa, enquanto processo deve ter como meta o inter-relacionamento do sistema local, regional, sendo que os planejamentos/projetos setoriais, devam completar-se uns aos outros.

Por outro lado, a pesquisa, torna-se um processo de ações política, com objetivos de natureza sócio-ambiental e de medidas econômicas, administrativas de implantação física sistemática, e opções políticas próprias, variáveis específicas a manipular e ainda, em um instrumental singular a utilizar.

Seja num micro ou macro impacto ambiental urbano, o ponto de partida sempre será a visão unificada das condições existentes, para então montar um quadro de opções, quanto às medidas, objetivos e sistema a adotar com os recursos disponíveis.

Dentro deste contexto, Miranda Neto (1981) considera que:

[...] o planejamento, é processo de decisão que objetiva uma ótima combinação de atividades em uma área específica e através do qual a utilização dos instrumentos do sistema e as limitações impostas pelos recursos disponíveis.

Para se fazer um planejamento/projeto objetivo e coerente, é necessário que se estabeleçam os objetivos gerais e meta específica, com fins de melhorar os níveis da comunidade envolvida, bem como a qualidade de vida e isso implica em prever e evitar impactos ambientais.

Nesse sentido, esse processo tem que considerar a realidade existente, fazendo um inventário de recursos e potencialidades, elaborando objetivos que atendam às especificidades regionais ou setoriais, com rapidez e eficiência e, se possível, contar com a participação da população em todos os níveis e em todas as etapas.

Neste caso, estaremos ressaltando os impactos ambientais decorrentes do uso do solo com ou não planejamento, em uma região (parcialmente) consolidada e adensada, este deverá ser feito em diversos graus de elaboração, abrangendo apenas as áreas escolhidas, sendo dividido em planejamento global e regional.

DEFINIÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL

O impacto ambiental é o «resultado da liberação de poluentes no ambiente, que provoca poluição. Degradação da qualidade ambiental resultante das atividades que direta ou indiretamente prejudicam a saúde a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do Meio Ambiente e lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.» (Lei nº 9.938, de 31 de agosto de 1981). Em perímetro urbano os impactos decorrentes do uso inadequado do solo caracterizadas, como «áreas de risco» não se limitam apenas nas áreas vulneráveis à enchentes, mas aquelas que estão em áreas nas linhas de alta tensão, zona de escape de rodovias e ferrovias, encostas e outros, provocando os impactos ambientais urbanos.

OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO E FORMAS DE IMPACTOS AMBIENTAIS

Um dos principais problemas relacionados a ocupação dos solos urbanos são os impactos ambientais, quase sempre notados através das inundações, deslizamentos, desmoronamentos, produção de lixo, erosões, entre outros.

Estes geralmente são conseqüências, sobretudo, da falta de planejamento urbano, conseqüentemente levando a cidade em uma situação de caos ambiental e social, uma vez que um é conseqüência do outro.

Dentre os impactos ambientais urbanos, as inundações são as mais visíveis e sentido, sobretudo, pelas populações de baixo poder aquisitivo, e também por aquelas que se encontram nas áreas de risco eminentes, (isto é abaixo da linha da pobreza), pois estes são na verdade impactos decorrentes do uso inadequado do solo urbano.

Os estudos de impacto ambiental relacionam-se a um conhecimento insuficiente dos processos ambientais, pautados numa noção defasada de equilíbrio, e na ausência de uma teoria dos processos ambientais integradora das dimensões físicas, político-sociais, sócio-culturais e especiais. Por outro lado, sendo a urbanização uma transformação da sociedade, os impactos ambientais promovidos pelas aglomerações urbanas são, ao mesmo tempo produto e processo de transformação dinâmica e recíproca da natureza e da sociedade estruturada em classe sociais» (Guerra e Cunha 2001)

Geograficamente, o espaço social é antes de mais nada, o espaço natural que vai ser modificado pela ação social, ação esta que acontece desde os primórdios, e a medida que o homem se desenvolve modelando e dominando o espaço, ele altera o ambiente «natural», primeiro de uma forma amena, considerando seu período caçador e coletor. Mas, a partir do momento em que o homem, fixa-se em determinado local construindo o seu próprio espaço, o ambiente natural sofre uma modificação intensa, com a introdução de pastagens, de áreas de cultivo, surgimento e crescimento de cidades, de estradas, e de vias de acesso propiciando o deslocamento humano a todos os lugares adequados ou não para sua permanência. Portanto, este espaço determinado por um marco geográfico de uma determinada sociedade, vem sendo transformado no tempo e na história do homem até nossos dias, desde pequenas aldeias até grandes metrópoles, que nada mais são do que a natureza profundamente modificada.

Considerando que as cidades estão sempre em movimento, o ambiente ou meio ambiente sofre modificações constantes. Segundo Santos (1993), «um meio ambiente construído, é o retrato da diversidade das classes, das diferenças de renda e dos modelos culturais».

Então seria correto afirmar que os impactos ambientais são, na verdade, os processos de mudanças sociais e ecológicas em um espaço urbano, no qual incorpora-se a ecologia humana e a estruturação social deste espaço?

O impacto ambiental não é só um resultado da ação humana sobre o ambiente, mas sim a relação entre as mudanças sociais e ecológicas em constante movimento, portanto estudar um determinado impacto ambiental é estudar um movimento que continua.

Conforme dados de Guerra e Cunha (2001), «a urbanização e a emergência dos problemas ambientais urbanos obrigam os estudiosos dos impactos ambientais a considerar os pesos variados da localização, distância, topografia, características geológicas, morfológicas, distribuição de terras, crescimento populacional, estruturação social do espaço urbano e processo de seletividade suburbana ou segregação espacial».

Os problemas ambientais não atingem igualmente todos os espaços urbanos, atingem, principalmente, aqueles espaços ocupados pela população menos favorecida, e geralmente são desvalorizados ou mesmo impróprios para moradia.

Foram esses os motivos que fizeram com que surgissem instrumentos novos de análise, com o objetivo de prever e atuar sobre a realidade existente, para impedir, corrigir e/ou minimizar os impactos ambientais urbanos, promovendo o desenvolvimento sócio-cultural local à eficiência do sistema no estudo sobre impactos ambientais urbano.

Entre os assentamentos urbanos em áreas degradadas e de risco de uma cidade, deve-se escolher trabalhar com aquelas que estão junto ou sobre áreas de mananciais por um conjunto de razões:

- A primeira, e mais importante, é que este estudo permita combinar através de projetos o benefício direto aos ocupantes destas áreas com o benefício geral de recuperar áreas essenciais ao equilíbrio ambiental da cidade como um todo;
- A outra, é a característica da renda dos ocupantes destas áreas. E se estas são de prioridade do Governo, se o desenvolvimento de políticas privilegia estas camadas sociais, que exija intervenções com algum nível de subsídio, seja pelos custos de obras da construção civil, seja pela natureza das obras necessárias, geralmente em sua maioria de uso coletivo;
- Por fim, a necessidade de interromper o processo de agravamento da degradação ambiental e as condições insalubres de moradia enquanto elas são passíveis de solução. Ou seja, principalmente, antes que o super adensamento, impeça as consolidações possíveis, e o vínculo histórico dado pelo tempo de ocupação impeça as remoções necessárias destas, e os processos erosivos tornem as áreas absolutamente impróprias, para o uso que já lhe foi dado.

A necessidade de profissionais nesta área, e o interesse por Planejamento de Projeto Ambiental Urbano, vem aumentando notadamente, mas ainda é insuficiente e mostra que a cidade é carente de outros profissionais preocupados em pensar e executar projetos desta natureza, objetivando melhoria na qualidade de vida da população apontando critérios ambientais urbanísticos locais e regionais adequados.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS DA DINÂMICA DOS IMPACTOS AMBIENTAIS URBANO

Compreender a dinâmica dos impactos ambientais urbanos, aplicados aos fatores de ocupação do solo da cidade (ou das áreas determinadas) a partir do seguinte enfoque:

- Questionar como e a partir de quando se deu o processo de ocupação das áreas examinando conceitos de espaço, ambiente urbano e impactos ambientais;
- Indagar sobre as orientações da administração pública, e privada (exploração imobiliária) para o desenvolvimento das mesmas, investigando os impactos ambientais decorridos deste processo;
- Relatar como a descoberta e a exploração investigadora das diversidades dos impactos ambientes urbanos, podem contribuir para encontrar soluções criadoras e ou mitigadoras que fundamentarão uma gestão ambiental equilibrada e integrada do uso do solo urbano.

Algumas considerações específicas da dinâmica dos impactos ambientais urbano

Especificar como trabalho será desenvolvido atendendo a uma ordem cronológica de ocupação através de:

- Diagnósticos das condições gerais, observando a existência de programas de investimentos públicos e privados, em setores estratégicos, provisão de infra-estrutura e, também, programas com metas diversificadas para as áreas escolhidas;
- Plano urbano/ambiental com objetivos específicos, no âmbito regional das áreas escolhidas, muitas vezes não estará inserido num esquema global da urbanização, suas metas são específicas para uma região ou apenas para um aspecto da mesma;
- A partir de quando se deu o uso inadequado do solo; e,
- Discutir dentro dos limites propostos, a ideologia do progresso, analisando a aquisição e o uso das terras, destacando as áreas e a ação do poder público, que através das leis do uso do solo, atua como agente especulador, num processo que determina um novo valor para a terra;
- Enfim questionar o impacto ambiental/urbano que consiste em apontar para um desenvolvimento mais racional, considerando-se as características específicas de cada área, neste sentido, se faz necessário a execução de um plano ambiental/urbano e vice-versa.

POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAL

A falta de políticas públicas adequadas voltadas para habitação provocam um déficit habitacional grande de moradias populares, isto, considerando o ato de morar num espaço social em condições dignas de habitabilidade onde se processam as relações sociais e os loteamentos clandestinos e irregulares negociados em valores «baixos», colaboram para com essa falta.

Outra questionável dos assentamentos humanos em áreas urbanas degradadas, é que estes assume o aspecto perverso de que na sua maioria está em áreas de proteção ambiental ou nas proximidades dessas. Na medida em que a legislação ambiental faz suas restrições de uso e de ocupação legais, elas terminam transformando-se,

contraditoriamente, em áreas «disponíveis», não tendo que arcar com os custos do acesso legal a terra.

Estes assentamentos, em sua forma atual, desprovidos de infra-estrutura sanitária mínima, potencializam a degradação ambiental, ao mesmo tempo que colocam sua população em situação de risco, quer seja o sanitário, ou o estrutural, erosões, deslizamentos, ocupações irregulares de taludes, enchentes, crescendo devido a problemática das enxurradas nessas áreas que vem transformando num desafio para as administrações públicas:

Geralmente estas áreas, objetos de intervenção, estão situadas dentro da malha urbanas das cidades. Caracterizam-se por serem ocupações espontâneas «de posse», regulares ou irregulares, desenvolvidas em zonas públicas e privadas, e consideradas «de risco» por localizarem-se às margens de córregos, fundos de vale, áreas com topografia acidentada, e, com incidências significativas de processos erosivos além outros riscos, como as que se encontram às margens das rodovias e ferrovias. Estas, em sua maioria, têm rede de água e de energia elétrica, mas o esgotamento sanitário é inexistente; o sistema viário é de difícil acesso e muitas habitações são frágeis. O acesso aos serviços coletivos: como coleta de lixo, transporte e equipamentos sociais é deficiente tornando as condições de vida nestas áreas, precárias e subumanas.

A população destas áreas, estão predominantemente engajadas no mercado de economia informal, em profissões de baixa qualificação ou desempregada, e como consequência apresentam baixíssimo poder aquisitivo.

APONTAR SOLUÇÃO PARA ÁREAS EM SITUAÇÃO DE RISCO URBANO/AMBIENTAL

Propor, através das análises dos diagnósticos, estratégias para enfrentar os problemas da cidade real, clandestina e insalubre, buscando dotá-la dos requisitos de habitabilidade que constituem o «morar com dignidade».

Entre os assentamentos urbanos em áreas degradadas e de risco, escolheu-se trabalhar com aqueles que estão junto as nascentes por um conjunto de razões:

- A primeira, e mais importante, é que este estudo permita combinar o benefício direto aos ocupantes destas áreas com o benefício geral de recuperar áreas essenciais ao equilíbrio ambiental da cidade como um todo;
- A outra, é a característica de baixa renda dos ocupantes destas áreas. além do desenvolvimento de políticas publicas para estas camadas sociais, o seu nível de renda exige intervenções com algum nível de subsídio, seja pelos custos de obras da construção civil, seja pela natureza das obras necessárias, a maioria de uso coletivo incluindo educação ambiental e sanitária;
- Por fim, a necessidade de interromper o processo de agravamento da degradação ambiental e as condições insalubres de moradia enquanto elas são passíveis de solução. Ou seja, principalmente, antes que o super adensamento impeça as consolidações possíveis; o vínculo histórico dado pelo tempo de ocupação,

impeça as remoções necessárias em áreas de risco; e os processos erosivos tornem as áreas, absolutamente impróprias, para o uso que, já lhe foi dado.

A legislação municipal, documentos, publicações oficiais, mapas, aerofotografias e outros, devem servir de referência para o desenvolvimento do diagnóstico das áreas escolhidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As metas a serem atingidas pelo trabalho desta natureza são fundamentadas em teoria, que dão a base para o mesmo, e que essas devam ser capazes de prevenir danos futuros, considerando as intervenções setoriais. As decisões devem ser tomadas de baixo para cima, ou seja, a partir de informações que possibilitarão uma constatareavaliação da eficiência do sistema ambiental/urbano.

É imprescindível uma visão integrada da economia regional, global e das relações do desenvolvimento sustentável com políticas públicas de habitação e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GUERRA, Antonio Teixeira, Sandra Batista CUNHA
2001 *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.
- LEFER, B.
1993 *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.
- OLIVEIRA, E. de W.
1964 «Saneamento e Planificação». Tese para provimento de cargo de Professor Catedrático. São Paulo: SP. Faculdade de Saúde Pública, São Paulo.
- MIRANDA NETO, M. J.
1981 *A crise do planejamento*. Rio de Janeiro: Nordica.
- SANTOS, M.
1993 *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec.